

CONSTRUÇÃO DO AGRICULTOR “ORGÂNICO”: OS SITIANTES DO RIO DA PRATA, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ)

Pedro Fonseca Leal

RESUMO

Neste texto, analiso o processo de conversão social pelo qual estão passando os agricultores do Rio da Prata, no município do Rio de Janeiro. Na literatura pertinente, esse processo aparece como passagem de agricultores “convencionais” para agricultores “orgânicos”. Como deslocamento social tem recorrentemente contado com a interferência de agentes externos, militantes engajados na objetivação de princípios concebidos como contrapostos aos “conservacionistas”. Considerando o estudo de caso, incorporo a análise dos investimentos de um representante de organização não-governamental patrocinada por recursos financeiros internacionais, considerado pelo seu papel de construção recíproca de mediador e mediados.

Palavras-chave: agricultores orgânicos ; Parque Estadual da Pedra Branca ; Rio da Prata (Rio de Janeiro) ; conversões sociais.

THE CONSTRUCTION OF “ORGANIC” FARMERS IN RIO DA PRATA, MUNICIPALITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

In this text, I analyze the process of conversion social whereby are passing the farmers in the Rio da Prata, located in the municipality of Rio de Janeiro. On the pertinent literature, this process appears as a passage of “conventional” farmers to “organic” farmers. Such as dislocation social has counted with the interference of external agents, militants engaged to materialize principles designed by contraposition to “conservationists”. Considering the case study, i am incorporating the analysis of the investments of a representative of non-governmental organization sponsored by financial resources international, considered by its role construction reciprocal as mediator and mediated.

Key words: Organic farmers; Parque Estadual da Pedra Branca ; Rio da Prata (Rio de Janeiro); conversions social

INTRODUÇÃO

Por este texto, analiso o processo de conversão social pelo qual passam os agricultores¹ do Rio da Prata², processo que na literatura pertinente aparece como passagem de agricultores “convencionais” para agricultores “orgânicos”. Este deslocamento social tem recorrentemente sido possível pela interferência de agentes externos, adeptos ou militantes engajados na objetivação de princípios genericamente concebidos como “conservacionistas”. Para tanto, apóio-me no estudo das formas de integração desses agricultores ao mercado de produtos agrícolas, bem como de afiliações institucionais, tomando-os então como agentes num sistema de relações sociais que perpassa e ultrapassa as esferas da produção e circulação da produção.

Analisar as mudanças nas formas de produção agrícola requer um investimento no sentido de compreender as relações que os membros da família tecem na constituição das unidades de produção e no circuito de circulação dos produtos mercantis, buscando entender, por um lado, a influência que as necessidades do grupo doméstico e as condições de possibilidades para sua provisão exercem sobre as orientações que definem o destino da produção. Mas também considerar as condições em que se relacionam com os agentes que, por motivos diversos, participam da gestão e do enquadramento social dos agricultores a ideários elaborados para atribuir sentidos concorrentes à prática agrícola. Portanto, considerar as condições de dependência em que eles se assentam.

Por estarem situados em área agrícola próxima à urbana, os agricultores do Rio da Prata estão integrados por uma estreita relação de mercado, fornecendo produtos agrícolas e consumindo serviços e bens mercantilizados. Essa situação de proximidade a mercados de grandes impactos em termos de con-

sumo tem levado tais agricultores a acompanharem os fluxos de demanda, sem, contudo, perderem a referência ao autoconsumo, orientação que vem assegurando a permanência diante de fluxos e refluxos da circulação mercantil e assim a reprodução social.

A relação com o mercado fora mesmo constitutiva da posição desses agricultores, representando, desde o apossamento da área em termos produtivos, uma das possibilidades para a produção e reprodução social das famílias. Ao longo desse itinerário produtivo, eles têm demonstrado eficaz capacidade de adaptação às condições que lhes são impostas por agentes ou fatores a eles externos. Esta capacidade adaptativa implica uma auto-percepção da trajetória produtiva por bruscas rupturas e descontinuidades, por eles sinalizadas por produtos que, em determinados momentos, possibilitaram e redefiniram a inserção no mercado. Ao longo da trajetória, como será destacado, uma variedade de produtos agrícolas tem se constituído como elo de ligação entre os agricultores e o mercado.

A imagem social projetada pelos entrevistados corresponde de certa forma àquela que diversos pesquisadores têm reafirmado. Musumeci (1987), ao estudar a pequena produção agrícola no contexto da modernização da agricultura no estado do Rio de Janeiro, ao final do século XX, considera duas regiões produtoras de hortigranjeiros. Uma delas foi a zona oeste do município do Rio de Janeiro, região conhecida como “sertão carioca”. Ela assim apresenta a inserção econômica dessa região no mercado local e nacional:

Até meados do século XIX predominaram como atividades econômicas no chamado “sertão carioca” a lavoura canavieira e a pecuária bovina – ambas assentadas na grande propriedade, oriunda de antigas sesmarias (que no século XVIII

1. No caso aqui analisado, o termo “agricultores”, de auto-designação, está referido a pequenos produtores que têm no trabalho familiar a base para produção agrícola. O trabalho de campo foi por mim realizado no decorrer do ano de 2004.

2. A localidade conhecida com Rio da Prata está situada da Região Administrativa de Campo Grande, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e dista cerca de 50 km do Centro da Cidade.

já haviam passado, em boa parte, às mãos de conventos e confrarias religiosas: jesuítas em Santa Cruz; carmelitas em Campo Grande; beneditinos em Jacarepaguá e Guaratiba). Tais atividades determinaram uma concentração do povoamento e do interesse econômico nas áreas de baixada e nos “piemontes” (planícies elevadas), só vindo a ocorrer a ocupação agrícola das serras em meados do século XIX, com a introdução do café.

Fazendas de escravos se disseminaram, a partir daí, nas encostas propícias ao cultivo desse produto – as chamadas “soalheiras” (vertentes ensolaradas e bem drenadas) –, abandonando-se em parte as baixadas e deixando-se de lado, também, as “noruegas” (vertentes úmidas e sombrias). Findo o breve ciclo carioca do café, passam a predominar atividades extrativas (de lenha e carvão vegetal, sobretudo) e alguma agricultura “de subsistência”, até a década de 20 deste século, quando então ocorre aqui um novo (e derradeiro) surto agroexportador: o da citricultura (MUSUMECI, 1987, pp 71 e 72).

Os agricultores por mim entrevistados, no início deste século, não reconhecem essa longa sucessão de ciclos. Eles caracterizam sua existência social como produtores mercantis a partir do fornecimento de carvão e lenha para os mercados locais. Esta era uma atividade predominante desde o início do século passado, quando este combustível era uma importante fonte de energia, tanto para indústria como para o consumo doméstico. Sua importância é marcada por ser ela, nesse período, fonte principal na composição do rendimento das famílias daquela região, conforme relato de um dos entrevistados:

“Essas serras tudo que tá ai já foi feito carvão, a maioria das pessoas ai derrubava essas matas todinhas, iam pro chão fazendo carvão [...] pra vender. Vendia lá pra Bangu. Isso tem mais de cem anos”. (Depoimento de Claudino, 43 anos, agricultor do Rio da Prata, concedido em 27/06/04)

Na situação em que a economia da região, na qual está inserida o Rio da Prata, fora basicamente extrativa, como mostrou Musumeci (1987), a preocupação com os danos causados por esta atividade

ao meio ambiente já se fazia presente. É o que se pode perceber no relato de Corrêa (1933), ao descrever as atividades econômicas dos habitantes da área do “sertão carioca”, denominada planície de Jacarepaguá, compreendida entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca. Ao descrever a atividade dos “machadeiros” (trabalhadores que extraem lenha, para fornecê-las aos habitantes das áreas urbanas e às indústrias) e dos “carvoeiros” (trabalhadores que extraem madeira para produção de carvão, para fornecer aos habitantes das áreas urbanas e às indústrias), Corrêa (1933) relata que:

A questão da lenha no Distrito Federal não pode ficar sem solução, principalmente pela barateza desse combustível, que fornece calor tão indispensável à vida econômica de um povo, desde a choupana mais humilde à mais importante indústria. O aumento de ano para ano da população, nas zonas urbana e rural, e do consumo do tráfego das estradas de ferro e mesmo nas indústrias de todos os gêneros, o gasto da lenha aumenta proporcionalmente, resultando numa destruição sistemática de alqueires de matas, que ficam abandonadas, depois da derribada, à esterilização, em prejuízo das gerações vindouras e com grande depreciação do solo; precisamos, pois, cuidar do replantio das árvores de corte.

As matas do Distrito Federal, compreendidas entre a Tijuca e a Pedra Branca, sofrem estragos incalculáveis, não só para o comércio de lenha como do carvão. (CORRÊA, 1933, pp 69 e 85)

Após o período em que predominaram as atividades extrativas, é a produção de laranja que finca a inserção dos agricultores do Rio da Prata ao mercado. Com isso, esses agricultores reconhecem a laranja como produto de maior importância para a composição do rendimento familiar. Às hortaliças, destinadas principalmente ao autoconsumo, os agricultores atribuem papel secundário, como demonstra o depoimento seguinte:

C - E antigamente a origem nossa não era caqui, ...não era nada. A gente plantava assim cenoura, aipim, batata... mas o que dava muito era laranja

lima naquela época.

M - Aqui era o rei da laranja. (Claudino e Madalena, agricultores do Rio da Prata, depoimento concedido em 27/06/04)

Durante o período denominado por Galvão (1962) como “febre da laranja”, que vai do final da década de 1920 até meados da década de 30, a laranja produzida no “sertão carioca” era destinada principalmente ao mercado externo. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, as exportações deste produto entram em declínio, passando, já no final da década de 1950, a atender principalmente ao mercado interno. O aparecimento de doenças e pragas também contribuiu para o declínio da produção de laranja nessa região, forçando os agricultores a substituírem os laranjais por cultivos de produtos que possibilitassem um maior rendimento (MUSUMECI, 1987).

Além dos fatores citados, a concorrência, gerada pela entrada de laranjas oriundas de outras regiões no mercado do Rio de Janeiro, contribuiu para o declínio dessa produção. Sob condições de desfavorcimento, os agricultores do Rio da Prata fazem um investimento no sentido de substituir a produção de laranja pela produção de caqui. Durante o processo de transição da produção - da laranja para o caqui - é com a produção de hortaliças que eles garantem a manutenção das relações de mercado e assim sua reprodução social. As mudanças impostas ao até então principal cultivo mercantil, fizeram com que o cultivo de hortaliças, que, nos períodos de relativa especialização da produção, fosse tido como secundário para os agricultores, passasse a ocupar o lugar principal na composição do rendimento familiar. Mesmo nestes momentos em que a produção para o mercado era mais diversificada, principalmente por conta das características desse tipo de produção (produção de ciclo curto), os agricultores apresentavam um certo grau de especialização em alguns produtos, determinada por relações diretas objetivadas nas praças e circuitos de mercado.

Durante os períodos de crise ou de entressafra dos produtos avaliados pelo maior valor de troca,

havia uma inversão na orientação produtiva, os produtos até então tidos como secundários adquirindo mais importância na construção da identidade dos produtores e na composição do rendimento familiar. No entanto, jamais alcançam o status daqueles produtos, que são referidos, pelos agricultores, como os grandes possibilitadores de maior capacidade de consumo mercantil.

A alternância de produtos e de orientação produtiva é imposta aos agricultores pelas relações sociais estabelecidas nas praças de mercado. Essas relações são marcadas pelo comportamento dos consumidores e pela competição com outros produtores, assim como comerciantes de estabelecimentos comerciais, de supermercados e de “sacolões”, por exemplo, conforme relatos transcritos a seguir:

M - Ai o supermercado começou a abrir dia de domingo. E começou o supermercado a vender o que os feirantes vendiam... Eu acho que foi isso. Porque antes o supermercado não vendia banana, não vendia essas coisas... Só feira livre. Também não tinha o “sacolão”. O “sacolão” também prejudicou a gente.

C - Assim que abriu o mercado do CEASA, o pequeno agricultor trabalhava lá, tranqüilo... pagava uma diária e podia trabalhar, tinha atestado tranqüilo. Ai depois foi crescendo. Os grandes começaram a crescer, imprensando os pequenos, ai nós largamos. (Madalena e Claudino, agricultores do Rio da Prata, depoimento concedido em 27/06/04)

Portanto, diante desses sucessivos processos de mudança na criação de vínculos com o mercado, os agricultores do Rio da Prata se mantiveram, durante os períodos de transição (ou crise) – na passagem do carvão para a laranja, da laranja para o caqui – com a produção de hortaliças. Elas têm assegurando a continuidade produtiva do grupo a partir do início de século passado. O caráter adaptativo da produção dos agricultores do Rio da Prata é por eles a mim verbalizado de forma mais eloqüente no contexto do predomínio mercantil da banana, especialmente banana prata seguida da banana d’água,

contexto em que realizei o trabalho de campo. A preferência dos agricultores pela banana prata se deve ao fato de ela ter maior aceitação no mercado e assim alcançar melhores preços. Segundo os agricultores, a banana d'água vem sendo considerada pelos consumidores, como uma fruta muito “pesada”, razão pela qual têm dado preferência à banana prata. Esta mudança no gosto do consumidor, sentida pelos agricultores no ato da venda, motivou-os a investir mais no cultivo e comercialização de banana prata. Alcançadas as condições para relativizar os atributos negativos atribuídos à banana d'água, a produção volta a ser incrementada para encaminhamento dos dois tipos ao mercado.

No Rio da Prata, o cultivo da banana ocorre desde os anos de 1930, concomitantemente ao da laranja e à ocupação das áreas sombrias, de “grotas”, até então tidas como impróprias para agricultura³. Desde então, a banana já ocupava lugar de relativa importância para a composição do rendimento familiar. Ela é por eles sempre situada em segundo plano quanto à importância na composição do rendimento familiar. Todavia, por ser um produto cultivado o ano todo, o rendimento obtido ganha relevo, dada sua estabilidade na composição do rendimento familiar. Além disso, a banana é um produto relevante para a alimentação da família. A importância da banana para a manutenção e a reprodução social e material do grupo em apreço também se expressa na área destinada ao seu cultivo e no investimento em tempo, trabalho e recursos dedicados à sua produção.

A busca pela manutenção das relações nas praças e circuitos de mercado, como venho demonstrando, tem como princípio a gestão de constrangimentos, por vezes bem perceptíveis pelos agricultores. No depoimento de entrevistados abaixo transcrito, além das hortaliças, eles chamam a atenção para a produção de chuchu, nabo, arruda, mesmo que não conseguissem acompanhar o circuito de diversos produtos, dado que produziam sem identificar o

destino final deste produto:

Claudino - O que dava muito era laranja lima naquela época.

Madalena - Chuchu, nabo...

C - Era essas coisas tudo que a gente plantava. Ai depois passou um bocadinho de tempo e tal... ai todo mundo foi mudando para o caqui. Ai, fomos para o caqui, começamos a plantar caqui.

M - Antes do caqui era muita arruda.

C - Mas lá em casa nós já tínhamos caqui. Plantamos muita arruda... Teve uma grande produção de arruda nessa época, aqui com a gente. Todo mundo plantava arruda.

Dona Marli - Mas por que começou o caqui? Por que acabou a laranja?

C - É acabou a laranja. A laranja foi acabando, começou a vim laranja de fora. A laranja aqui foi perdendo o valor, foi dando bicho, muito troço.

M - Aqui era o rei da laranja.

C - E a maioria das pessoas daqui não sabiam tratar desses negócios, que nem eles tratam ai pra fora, essas coisas de agrotóxico, essas coisas, ninguém entendia disso, ai foi acabando. Foi acabando, dando broca, as pragas. As pessoas não tinham nada do governo que ajudasse, que apoiasse assim... como tratar, ai foi acabando. Ai passou pro caqui. Agora todo mundo tá no caqui... planta caqui. E praticamente a agricultura aqui, nossa aqui, de hortaliça, essas coisas, tá praticamente acabado. Muito chuchu que tinha aqui também acabou. M - Meu sogro era o rei do chuchu, da couve. Você viu que na época do natal, semana santa... muito nabo.

C - Mas ai, que nem eu tava falando, as plantações de arruda... eu plantei muita arruda, ganhava até um bom dinheirinho naquela época com a plantação de arruda. Começamos a vender no mercado de Madureira, depois abriu o mercado do CEASA, começamos a trabalhar lá. Ai, de repente, não sei o quê que houve que a arruda começou a não vender mais, ficou ruim de vender. Ai todo mundo largou arruda e começou no caqui, plantando caqui, e tá até hoje no caqui. A maioria do pessoal todo tem plantação de caqui. (Claudino e Madalena, agricultores do Rio da Prata, depoimento

3. Cf. Musumeci (1987).

concedido em 27/06/04)

Não é sem razão que os agricultores do Rio da Prata, ao comentarem sobre a produção agrícola e a inserção no mercado, se referem, principalmente, aos produtos que ocupam as posições mais elevadas segundo a importância na composição do rendimento familiar. Eles relacionam os acontecimentos ao longo de sua trajetória, aos produtos que os projetam para o mercado, isto é, para fora. Isso, contudo, não autoriza o pesquisador a irreconhecer a importância de outros produtos, que ocupam posições por eles consideradas secundárias. Além dos produtos por eles reconhecidos pela maior importância (caqui e a banana), são produzidos também aipim, batata, chuchu, milho, inhame, taioba, quiabo, jiló, guandu, maxixe, manga, mamão, entre outros. Esta percepção me foi assegurada a partir da observação direta nas unidades de produção, que revelou, pela análise comparativa, a hierarquização dos diferentes produtos, expressa tanto no tamanho da área, como nos investimentos financeiros, no trabalho (da família ou assalariado), em tecnologia.

Dessa forma, para o estudo sobre esses agricultores, valorizei então a hierarquização diversificada de atos produtivos, mas também as redes institucionalizadas pelas quais tais agricultores estão inseridos como produtores mercantis.

1. CONVERSÃO DE AGRICULTORES AO MODO DE PRODUZIR “ORGÂNICO”

O processo de conversão dos agricultores do Rio da Prata, de produtores “convencionais” para “orgânicos”, ocorre em contexto político de criação do Parque Estadual da Pedra Branca, em 1974, quando eles foram socialmente desqualificados como nocivos à preservação dos recursos naturais ainda existentes, entretanto, imediatamente após reconvertidos a possíveis parceiros da conservação do Parque. Esse processo só pode ser entendido pela análise das formas de enquadramento em posições sociais atribuídas por agentes externos.

Com a criação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), área que abrange os bairros do Rio da Prata, de Jacarepaguá, Bangu, Vargem Grande, entre outros, os agricultores que possuíam suas áreas de cultivo situadas no interior do Parque, passaram a estar submetidos a uma legislação específica, que definia as formas de acesso, ocupação e uso da terra e dos recursos naturais ali encontrados. Trata-se de um projeto que prioriza a preservação dos recursos naturais, assim como sua recuperação, em caso de áreas já alteradas, impondo também sua objetivação através da atuação de fiscais representantes das instituições responsáveis pela gestão do Parque. Por esta condição ainda, os fiscais tentam impedir o uso de algumas áreas e de técnicas que são consideradas, pelos agentes institucionais desse quadro de intervenção social, como danosas ao meio ambiente. Por exemplo: a abertura de novas roças em áreas que possuem árvores acima de um determinado tamanho e diâmetro; a ampliação e a rotação das áreas de cultivo; o uso do fogo, que era utilizado em uma das etapas da preparação do terreno a ser cultivado. Os agricultores, a partir do contexto, foram, pela condição até então auferida, condenados, no melhor dos casos, à reprodução simples da incorporação de fatores de produção. Foram então limitados quanto ao acesso e ao uso do seu tradicional território, visando diminuir os impactos de sua ação considerada predatória ou prejudicial aos objetivos do Parque, por isso mesmo, encontravam-se vigiados cotidianamente por agentes institucionais vinculados ao Instituto Brasileiro de Florestas (IBDF).

Logo após a criação do Parque, esses agentes fiscais iniciaram o processo de levantamento da população residente, seguido de indenizações e tentativas de retirada dela do interior do Parque. Tais ações não alcançaram os resultados esperados pelos agentes da intervenção, uma vez que, feito o levantamento da população, as indenizações, quando pagas, não correspondiam aos valores idealizados pelos moradores. Por tais discordâncias, resistiram à saída e permaneceram na área, inclusive cultivando, mesmo que sob constrangimentos e ameaças constantes dos fiscais do Parque.

Com o crescimento demográfico da população do município do Rio de Janeiro e especialmente da região de Campo Grande, a localidade Rio da Prata passou a sofrer pressão também do mercado imobiliário. Assim, parte das terras antes destinadas à produção agrícola, foi incorporada ao mercado de terras para fins de moradia de trabalhadores citadinos. A expansão deste mercado, possibilitada pelo crescimento demográfico e por mudanças nos modos de consumo ocorridos em todo município do Rio de Janeiro, fundamentou-se, entre outros fatores, no fato que determinadas parcelas de terra, que anteriormente eram destinadas à produção agrícola, passaram a áreas de loteamento e construção de habitações destinadas aos trabalhadores das áreas urbanas, vinculados aos setores industriais, de comércio e serviços. Com isso, o acesso à terra que, em um determinado contexto era ordenado por orientações referenciadas à reprodução social daqueles agricultores, passa a ser gerido por fatores orientados por princípios definidos pelo mercado capitalista. A terra, da condição de propiciadora da produção e reprodução social das famílias dos agricultores, torna-se ela própria mercadoria.

Nesse contexto, cujo campo de relações sociais se desenha pelo jogo de disputa quanto à imposição de outras concepções de função da terra, os agricultores têm sido os maiores prejudicados: incluídos sob constrangimentos múltiplos, não desfrutam de mecanismos eficientes de ação política capazes de fazer valer suas concepções sobre o território apropriado. A única forma de luta possível foi a resistência ao deslocamento pela indenização. Como se apresentarem como reivindicantes da apropriação de terra destinada à conservação e reprodução da natureza?

Com o crescimento da cidade em direção ao Rio da Prata, os agricultores foram então concebidos sob outros objetivos, enquanto aliados ou muralhas de detenção dos difusos concorrentes da especulação urbana. Assegurando a permanência, mesmo que a longo prazo, de natureza improdutiva, foram socialmente re-situados, passando a ser reconhecidos, pelos administradores do Parque Estadual da

Pedra Branca, como uma barreira de contenção ao processo de favelização nesta vertente do Parque.

Dessa forma, sua presença se tornou aí fundamental, segundo os interesses dos agentes adeptos da ideologia conservacionista, razão pela qual a aliança de interesses tem sido possível. E para consolidar a convergência de interesses, foram reintegrados produtivamente por agentes ligados à organização não-governamental Associação Roda Viva, segundo processo de conversão que se instituiu entre março de 2001 e fevereiro de 2003, momento de colocação em prática do projeto “Desenvolvimento Sustentável na comunidade Rural do Rio da Prata”, financiado pela União Européia.

O projeto tinha como objetivo suscitar entre os agricultores o interesse por novas formas de produção agrícola, tidas como não danosas à natureza, à saúde do consumidor e do agricultor. Esta maneira de produzir, qualificada como “orgânica”, pressupunha a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, tais como a utilização de adubos e fertilizantes classificados como orgânicos, que poderiam ser produzidos pelos próprios agricultores; e o abandono de técnicas tradicionalmente utilizadas, como o fogo, usado para a limpeza e fertilização solo.

Segundo os objetivos dos idealizadores do projeto, a incorporação das técnicas e tecnologias vinculadas à produção orgânica garantiria aos agricultores, entre outras coisas, o aumento da produção e o acesso a um determinado tipo de mercado – o mercado de produtos orgânicos -, onde eles conseguiriam um preço das mercadorias superior aos encontrados nas feiras convencionais, aumentando com isso o seu rendimento. A incorporação da responsabilidade sobre a preservação do meio ambiente e a saúde do consumidor, bem como a perspectiva de aumentar os rendimentos foram capazes de levar alguns agricultores do Rio da Prata a aderir ao projeto. Além de participarem de cursos de formação e orientação técnica oferecidos por engenheiros agrônomos, os agricultores que optaram pelo envolvimento integravam-se a um treinamento para constituição de uma associação, que funcionaria,

ao mesmo tempo, como entidade representativa e como um espaço de atuação coletiva para definição pública de interesses e de posições frente aos problemas daquela região.

Mesmo exigindo uma submissão a um saber estranho ao que eles são portadores, tal conversão é valorada positivamente por alguns agricultores. No entanto, este não é um processo que recebe a adesão de todos os agricultores da região do Rio da Prata, nem os atinge da mesma maneira, sendo, portanto, fator propiciador de constituição de formas outras de diferenciação no grupo como um todo, conforme relato abaixo:

Eles [os agricultores que não aderiram ao modo orgânico de produzir] zombavam um bocado da gente. Diziam que não iam conseguir colher nada... Até hoje tem gente que zomba de mim, que diz que não vou colher nada, maracujá essas coisas... que é difícil pra caramba. Mas zombam de mim... Eu colho. De vez em quando eu mostro pra eles, eles ficam quieto assim... olhando assim... Fica meio desconfiado. É... Eu não sei. Pessoal do mato é difícil de você...entender. Tem que ter calma. É assim mesmo (Claudino e Madalena, agricultores do Rio da Prata, depoimento concedido em 27/06/04).

Tal processo, posto em prática para construir uma forma de esses agricultores se reinserirem no mercado, contudo a partir do seu reenquadramento frente à sociedade, também corresponde ao processo de formação de um “novo” produtor agrícola especializado: detentor de um conhecimento diferenciado, orientado por valores éticos e morais que levam em consideração seus clientes (o consumidor) e a si mesmo (o próprio agricultor), o meio ambiente e a sociedade como um todo. Além de agricultores, militam uma causa de prestação de serviço específico à sociedade.

Nesse contexto, também houve a formação da instituição que visava à organização política e social desses produtores: Associação dos Produtores Orgânicos da Pedra Branca. Por ela eles se fariam representar frente às instituições que legitimam,

regulam e certificam os produtores rurais adeptos a este modo de produzir.

Com o intuito de manter os agricultores na área, os agentes institucionais tinham como objetivo suscitar entre aqueles o interesse pelo modo de produzir agrícola reconhecido como “orgânico”. A adesão possibilitaria aos agricultores a permanência “civilizada” na área do parque, mas não só, também a diferenciação entre agricultores “convencionais” e “orgânicos”, estes demarcando e desqualificando os primeiros. Esta diferenciação estava caracterizada pela forma de uso do território, pelos valores morais e éticos que orientariam a atividade agrícola e pelo reconhecimento social do serviço ou desserviço prestado à sociedade.

Por meio da incorporação das técnicas e dos valores correspondentes ao modo de produzir reconhecido como “orgânico”, os convertidos agricultores, sob adesão relativa àquele modo de produzir, estariam aptos a se integrar a um mercado especializado de comercialização de produtos agrícolas, considerado mais rentável pelos agentes da mudança: o mercado de produtos orgânicos. Neste, os consumidores, pessoas de elevado poder aquisitivo, estariam mais preocupados com a qualidade do produto do que com a sua aparência. A valorização excedente desses produtos estaria fundamentada no reconhecimento da recusa do agricultor em utilizar tecnologias que pudessem causar algum dano à saúde do agricultor e à do consumidor, assim como danos ao meio ambiente. Com isso, na atividade agrícola estaria agregado um papel social, determinado pela incorporação de valores morais e éticos que caracterizariam a especialização da sua função na divisão social do trabalho.

Outrossim, o modo de produzir orgânico fora proposto pelos agentes institucionais, como uma alternativa às dificuldades enfrentadas pelos agricultores da região do Rio da Prata no ato de comercialização dos produtos convencionais. A mudança de orientação produtiva permitiria, segundo os agentes promotores da conversão, a permanência “disciplinada” dos agricultores nas áreas tradicionalmente ocupadas.

Em suma, o processo de conversão dos agricultores do Rio da Prata fora consubstanciado em várias ações que visavam à constituição de um grupo de agricultores caracterizados pela incorporação e adesão a um saber técnico científico especializado; pela adesão a técnicas tidas como modernas, de manejo da produção agrícola, reconhecidas como adequadas ao modo de produzir denominado orgânico; pela incorporação do associativismo, como forma coletiva de representação e atuação política e de mobilização da força de trabalho e exploração do território; e, por fim, pela incorporação e adesão a valores morais e éticos, que teriam como princípios a preocupação com a saúde do agricultor e do consumidor, além da preocupação com a conservação do meio ambiente. O cumprimento desses princípios asseguraria enfim o status de produtor especializado na produção de produtos orgânicos, posição titulada pelos representantes das instituições responsáveis pela concessão da certificação. Tal certificação possibilitaria o acesso ao mercado de produtos orgânicos, que então lhes garantiria um ganho superior ao obtido no mercado de produtos convencionalmente cultivados. Este ganho seria uma forma de reconhecimento do maior esforço necessário ao desenvolvimento deste modo de produzir, como do serviço prestado à sociedade: fornecimento de alimentos considerados saudáveis e colaboração na conservação do meio ambiente.

2. CONSTRUÇÃO DA DIFERENCIAÇÃO “PRODUTOR ORGÂNICO” VERSUS “PRODUTOR CONVENCIONAL”

Para compreender os meios de construção da distinção entre produtor “orgânico” e produtor “convencional”, foi necessário um investimento no sentido de compreender a diferenciação existente entre os produtores agrícolas afiliados a cada um dos modos de orientação produtiva. Em primeiro lugar se faz necessária esclarecer a distinção contextualmente ou situacionalmente estabelecida entre o agricultor “convencional” e agricultor “orgânico”.

O “convencional” seria aquele que, no processo de produção agrícola, utiliza, principalmente, insumos externos à unidade de produção, sendo estes reconhecidos como associados a um modo de produção agrícola articulado com a indústria e que visa, principalmente, a alta produtividade da unidade produtiva e a padronização dos produtos agrícolas. Para tanto, o produtor deveria inserir ao processo de produção agrícola defensivos e adubos químicos, maquinários adequados aos recursos presentes na unidade de produção e técnicas agrícolas reconhecidas como modernas, isto é, técnicas desenvolvidas em instituição reconhecidas como produtoras de conhecimento denominado agrônomo: as universidades e instituições de pesquisas voltadas para este setor da economia. Este agricultor seria um produtor agrícola empresário, com relação íntima com o mercado e/ou com a indústria e com tendência à monocultura.

O “orgânico”, mais preocupado com a saúde do agricultor e do consumidor, assim como o meio ambiente, buscaria incorporar tecnologias alternativas às anteriores, no processo de produção agrícola. Neste sentido, este produtor utilizaria, principalmente, insumos encontrados ou produzidos no interior da unidade de produção agrícola, defensivos e adubos reconhecidos como orgânicos. Caracterizar-se-ia também pela utilização de instrumentos tidos como de maior integração com o meio ambiente, repudiando os equipamentos que pudessem causar danos à terra, como maquinaria pesada, por exemplo, e pela utilização de técnicas desenvolvidas nas instituições produtoras de conhecimento no campo agrônomo, como técnicas de poda, enxertos, preparação de adubos (técnica de “compostagem”) e defensivos (técnicas de preparação de “caldas”), tidos como de origem orgânica. O produtor agrícola, adepto a este modo de produzir, mantém uma estreita relação com o mercado especializado em produtos orgânicos, tendendo à produção diversificada.

Na região do Rio da Prata, tanto os produtores denominados “convencionais” como os denominados “orgânicos” não se encaixam integralmente ao modelo descrito anteriormente. A semelhança

dos fatores de produção envolvidos no processo de produção agrícola faz com que a diferenciação entre eles não seja tão acentuada. A aproximação semelhança pode ser percebida na frase de um dos agricultores, adepto ao modo de produzir “orgânico”, ao tomar conhecimento dos requisitos a ele associados: Nós éramos praticamente orgânico e não sabíamos (entrevista gravada).

Para a construção da adesão dos agricultores do Rio da Prata ao modo de produzir “orgânico”, isto é, para incorporação dos princípios reconhecidos como orientadores deste modo de produzir, foram oferecidos, pelos engenheiros agrônomos ligados à Associação Projeto Roda Viva, dois cursos sobre agricultura orgânica (realizados em 09/07 a 30/08/2001 e entre agosto e setembro de 2002). No início do projeto, as reuniões aconteciam no salão da igreja do Rio da Prata, na qual os agentes responsáveis pela implementação do projeto se apresentaram e deram explicações sobre os objetivos e a natureza técnica da agricultura orgânica. Nesse momento, participavam do grupo os agricultores ligados à Igreja. Para o curso, foi feito, pelo engenheiro agrônomo responsável por dar assistência técnica aos agricultores, um trabalho preliminar de reconhecimento das características das unidades de produção agrícolas da região do Rio da Prata. Estes dados contribuíram para a preparação do curso.

Durante o curso, os agentes responsáveis pelas aulas privilegiaram o ensinamento de técnicas agrícolas voltadas para o manejo dos cultivos de caqui e banana. Visando à incorporação de adubação e de defensivos orgânicos por parte dos agricultores, técnicas de “compostagem” e de produção de “caldas”, assim como a utilização de técnicas alternativas para o controle de pragas (armadilhas para insetos, por exemplo) foram transmitidas pelos agentes institucionais. Além destas, visando à eliminação do fogo como uma das etapas do preparo do solo, técnicas de “roçagem” e limpa da terra também foram nesse contexto repassadas aos agricultores pelos agentes institucionais.

Para a etapa de “limpa” da área da terra, que consiste na retirada das espécies de plantas que são

tidas, pelos agricultores, como prejudiciais ao cultivo e que dificultam tanto o desenvolvimento das espécies cultivadas como o acesso ao interior da plantação, foi incentivado a substituição da “capina” pela “roçagem”; e que a folhagem e os galhos das espécies que seriam removidas fossem mantidos dentro das áreas, pois serviriam de matéria orgânica (como adubo) para a terra. Esta técnica também era aconselhada, pelos engenheiros agrônomos, a ser aplicada na poda do caqui e no desbaste do bananal.

3. CONSTRUÇÃO DA ADESÃO PELA AMPLIAÇÃO DE UNIVERSOS RELACIONAIS

O modo de produzir reconhecido como orgânico apresenta-se aos agricultores do Rio da Prata como um modo de agir sobre o território e os recursos naturais fundamentado na construção de outra concepção sobre tais fatores, mas também uma forma de conceberem a si mesmos enquanto produtores agrícolas. O processo de construção da adesão a um determinado modo de produzir, em sendo, ao mesmo tempo, um processo de construção da diferenciação individual e coletiva desses agricultores, pressupôs a constituição de grupos sociais cada vez mais distintos, posto que os que aderiram se engajaram em outros circuitos sociais e institucionais. Pela introdução de novos saberes (técnicas destinadas à produção agrícola) e novos valores morais e éticos (responsabilidade social e ambiental), pela ação proselitista que embasa essas mudanças, o reconhecimento da alteridade dos dois grupos foi se consolidando por contraposições mais abertas. Neste sentido, a construção de interesses coletivos se constituiu como fator fundamental na constituição do sentimento de coesão de cada grupo. A diferenciação foi agravada porque um dos grupos recebeu a atribuição de impor os pontos de vista próprios, ao se pensarem falando em nome de todos ou engajados na construção de formas coletivas de resolução de problemas locais. O processo de construção da identidade e do diferenciado sentimento de pertencimento ao grupo dos “agricultores orgânicos”,

tem seu ponto culminante na formação da Associação dos Produtores Orgânicos da Pedra Branca, em dezembro de 2002.

Ainda no processo de constituição desses agricultores como orgânicos, foram planejadas, pelos agentes institucionais, visitas a instituições de pesquisa e extensão na área da agricultura, assim como visitas a produtores com experiência na produção e comercialização de “produtos orgânicos” e visitas a associações e cooperativas especializadas na produção deste tipo de produto. Além das visitas, os agentes institucionais incentivavam a participação dos agricultores em congressos, encontros e simpósios. Os agentes da mudança atuavam também mediando contatos com representantes de instituições governamentais e privadas de produção de conhecimento científico voltado a produção orgânica e de assistência técnica.

Listo, a seguir, algumas das atividades desenvolvidas, tanto no sentido de formar os agricultores do Rio da Prata como “orgânicos”, quanto no de suscitar o interesse por este sistema produtivo, que envolve modos de produzir e de se relacionar entre si, com a sociedade e com o meio ambiente, até então a todos eles estranhos:

- Visitas à Fazenda Agroecológica da Universidade Federal Rural do Rio da Janeiro;
- Visita à unidade de produção orgânica em Petrópolis – RJ;
- Visita à Associação Horta Orgânica, em São José do Vale do Rio Preto – RJ;
- Visita ao Jardim Botânico do Rio da Janeiro – RJ;
- Visita ao sítio do naturalista Raul, em Guaratiba – RJ;
- Visita ao Centro de Tecnologia da Agroindústria de alimentos da EMBRAPA – RJ;
- Exposição da experiência e venda de produtos no Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em julho de 2002, na Universidade Estadual do Rio

de Janeiro; no Congresso Nacional de Agricultura orgânica, em Nova Friburgo – RJ; e no Dia do Meio ambiente, no Carrefour Tijuca;

- Contatos e reuniões com representantes da Defesa Sanitária Animal, da Sub-Prefeitura do Rio, do Instituto Estadual de Florestas/IEF, do projeto Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio da Janeiro, do Pavilhão 30 da CEASA, da Fabrica de Banana-passa (BANSUIT), em Cachoeira de Macacú;
- Contatos com representantes de empresas compradoras de produtos certificados como “orgânicos”, como a Agrinatura, Algemar, UNACOOOP, Hortifruiti, COBAL do Leblon;
- Formalização de acordo com o Instituto Estadual de Florestas, do estado do Rio de Janeiro, para o cadastramento das famílias no Parque Estadual da Pedra Branca; e
- Exposição da produção dos agricultores orgânicos do Rio da Prata, em Campo Grande, Rio de Janeiro – RJ, em 13/10/02⁴.

Além dessas atividades, entre os dias 17 e 24 de fevereiro de 2003, os agricultores fizeram uma excursão, com o acompanhamento do engenheiro agrônomo que a eles prestava assessoria técnica, cujo objetivo era apresentar aos agricultores experiências em “agroecologia” que vêm sendo colocadas em prática em diferentes regiões do país e que são tidas como bem sucedidas. Durante a excursão “foram visitadas empresas privadas, ONGs, poder público, sindicatos, cooperativas e associações”, que possibilitaram “o contato com diferentes vertentes de trabalho e opinião” (Associação Projeto Roda Viva, 2003 - Relatório final do Projeto Desenvolvimento Sustentável na Comunidade Rural do Rio da Prata, p. 14).

Durante a excursão, os agricultores do Rio da Prata tiveram contato com representantes e agentes vinculados aos seguintes projetos:

4.Cf. Associação Projeto Roda Viva, 2003 - Relatório final do Projeto Desenvolvimento Sustentável na Comunidade Rural do Rio da Prata

- Experiência de agrofloresta, beneficiamento caseiro de frutas da mata atlântica – trabalho desenvolvido pela ONG IDACO, em Paraty/RJ;
- Manejo e beneficiamento de caqui – orientado pelo CAT (órgão governamental), em Guararema/SP;
- Manejo orgânico de hortaliças e beneficiamento, embalagem e mínimo processamento - Trabalho realizado pela empresa Horta e Arte, localizada no município da São Roque/SP;
- Manejo ecológico de hortaliças e pequenos animais, comercialização em feiras livres e cooperativismo, desenvolvido pela Colméia – Cooperativa localizada em Porto Alegre/RS;
- Experiência com adubação verde, resgate de variedades crioulas de milho, agrofloresta e organização no meio rural. Trabalho desenvolvido pela ONG AS-PTA, em União da Vitória/PR⁵.

Após cada visita, os agricultores se reuniam, juntamente com o engenheiro agrônomo, faziam uma avaliação e discutiam os aspectos considerados mais relevantes. Ao retornarem da viagem, os agricultores deveriam se organizar em grupos e apresentar um relato da viagem, tanto para os agricultores que participaram como para os que não participaram da excursão.

Pode-se perceber que a ampliação do universo de relações, sociais e institucionais, e de saberes tem sido uma estratégia usada pelos agentes da mudança, no sentido de construir tanto a adesão desses agricultores ao modo de produzir “orgânico”, como a identidade do grupo e, por consequência, a construção e legitimação da diferenciação. Ao ampliar o campo relacional, esses agricultores constroem novas formas de conceber sua inserção na sociedade, além de possibilitar a constituição de sentimentos de pertencimento a grupos adeptos a universos cognitivos e relacionais até então desconhecidos por

todos os agricultores.

No entanto, no caso dos agricultores do Rio da Prata, a inserção no sistema de relações próprio dos agricultores “orgânicos” é, ainda, uma meta a ser alcançada, fazendo com que esses agricultores operem com a esperança de que, no futuro, a possibilidade anunciada de melhoria das condições de vida se concretize.

4. CERTIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS

A certificação de produtos orgânicos é, por um lado, um mecanismo de reconhecimento e legitimação para o ingresso do produtor agrícola em sistema de relações de um mercado especializado de produtos agrícolas, e por outro, um mecanismo de controle e fiscalização das técnicas utilizadas nas áreas de produção agrícola. Para a aquisição da certificação, os agricultores passaram por uma vistoria realizada por representantes da instituição certificadora – no caso em apreço a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) -, que tinha como objetivo avaliar se as técnicas utilizadas na produção agrícola são aquelas adequadas ao modo orgânico de produzir. Esta vistoria é realizada mediante o pagamento de uma taxa, que, no caso dos agricultores do Rio da Prata, foi de R\$ 600,00, paga com parte do financiamento da União Europeia ao Projeto Desenvolvimento Sustentável na comunidade rural do Rio da Prata, tendo validade de dois anos. Transcorrido este período, para que os agricultores renovem a certificação, outra vistoria deve ser realizada.

A Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO foi fundada em 1985, sendo credenciada pelo Ministério da Agricultura para atuar como instituição competente na regulamentação, vistoria e certificação de produtos agrí-

5. Idem

colas produzidos segundo os critérios e normas determinados para o modo de produzir “orgânico”. A ABIO tem também o caráter de uma instituição de representação política dos produtores certificados como “orgânicos” e a ela associados, cabendo-lhe, através de seus representantes, reivindicar as demandas desses agricultores nas diversas esferas, governamentais e não-governamentais, de disputas de interesses. Está constituída por uma diretoria que é eleita através do voto de seus associados.

Mesmo certificados pelos representantes da ABIO, os agricultores do Rio da Prata não são à ela associados, não tendo, portanto, o direito de participar dos espaços de discussão e decisão no interior da instituição. Esta situação de marginalidade diante da instituição certificadora dificulta ainda mais o acesso desses agricultores às praças de mercado de produtos orgânicos. No entanto, no momento em que esses agricultores conseguiram a certificação, os representantes da ABIO disponibilizaram um espaço na feira de produtos orgânicos da Glória, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, que é por eles administrada. Nesta ocasião, os agricultores do Rio da Prata resolveram não aceitar a concessão porque o espaço comportava somente três barracas, enquanto que eles alcançavam um total de quatorze agricultores-comerciantes. Como não entraram em acordo, eles perderam o espaço.

Para a comercialização dos produtos qualificados como orgânicos, os agricultores do Rio da Prata têm contado com a mediação do engenheiro agrônomo, que atua na Associação dos Produtores Orgânicos da Pedra Branca, sendo ele também a ela associado, para conseguir um “ponto” de venda para os agricultores.

Com intuito de conseguir um “ponto” de venda em local onde os agricultores tenham acesso direto a consumidores que valorizam e que tenham condições financeiras de pagar pelos produtos assim certificados, o engenheiro agrônomo tentou, junto aos administradores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, um local neste privilegiado espaço, onde os agricultores pudessem expor e vender seus produtos. Outra tentativa foi com os dirigentes do Parque

Lage, também no bairro do Jardim Botânico. Em nenhum dos dois casos a resposta foi favorável ao pleito dos agricultores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes de relações estabelecidas por todos os agricultores do Rio da Prata estão diretamente relacionadas às formas de inserção ao mercado e à definição dos produtos a serem comercializados. Analisando, a partir da produção do carvão, a sucessão de produtos mercantis, é possível elaborar um quadro(1) sistematizador da relação entre produtos e redes de comercialização.

QUADRO 1: RELAÇÃO ENTRE PRODUTOS MERCANTIS E PRAÇAS DE MERCADO DE INTEGRAÇÃO DOS AGRICULTORES DO RIO DA PRATA

Produtos valorizados pela orientação mercantil	
Produtos convencionais	Praças e circuitos de mercado
Carvão	Mercado local
Laranja	Mercado externo (até a segunda guerra mundial) Mercado interno (CEASA e feiras livres)
Arruda	Mercado de Madureira CEASA

Hortalças	Feiras livres de produtos convencionais (Bangu, Realengo, Campo Grande)
Caqui e Banana	Feiras livres de produtos convencionais (Bangu, Realengo, Campo Grande)
Produtos orgânicos	Praças e circuito de mercado
Hortalças	Feiras livres de produtos convencionais (Bangu, Realengo, Campo Grande) Feiras de produtos orgânicos da EMATER-RJ sede de Campo Grande*
Caqui e Banana	Feiras livres de produtos convencionais (Bangu, Realengo, Campo Grande) Feiras de produtos orgânicos da EMATER-RJ sede de Campo Grande* Atravessadores (quando há grande volume de produção)

*Somente dois agricultores vendem seus produtos nesta feira

É também possível, pelo mesmo exercício de sistematização, elaborar um quadro (2) relacionando o tipo de produtor (convencional ou orgânico) com o universo de relações constituídas a partir desta diferenciação.

QUADRO 2: RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE PRODUTOR E O UNIVERSO DE RELAÇÕES DOS AGRICULTORES DO RIO DA PRATA

Tipo de produtor	Universos institucionalizados de relações
Convencional	Feiras livres de produtos convencionais Mercado de Madureira CEASA IBDF IEF Igraja Católica
Orgânico	EMATER - RJ EMBRAPA UFRRJ ABIO Associação Roda viva União Européia; Intercâmbio com produtores de outras regiões (Petrópolis, Teresópolis, São José do vale do Rio Preto, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul) através do curso de agricultura orgânica

É também possível, pelo mesmo exercício de sistematização, elaborar um quadro (2) relacionando o tipo de produtor (convencional ou orgânico) com o universo de relações constituídas a partir desta diferenciação.

QUADRO 2: RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE PRODUTOR E O UNIVERSO DE RELAÇÕES DOS AGRICULTORES DO RIO DA PRATA

A ampliação do universo de relações é parte fundamental no processo de constituição do agricultor orgânico, funcionando como forma de capacitação dos agricultores, que devem incorporar novos saberes para se adequarem a uma nova maneira de produção agrícola. E, ao mesmo tempo, opera como estratégia no processo de construção da adesão dos agricultores a este novo sistema de produção de alimentos e de aliança com seletivos consumidores, conforme relato:

C- Nós começamos a fazer um curso, ali na Igreja do Rio da Prata, num salão que tem lá. Ai eles começaram explicando pra gente o quê que era orgânico, sobre o meio ambiente, as práticas que agente tinha que usar, as caldas os negócios... Começou a levar agente para conhecer outros agricultores, conhecer é... tivemos ali na Universidade Rural conhecemos os negócio do... os laboratórios, banana, aquela coisas do copinho. Também não tinha nunca visto aquilo, aprendemos muito, eu aprendi muito com isso. Tivemos lá pra Petrópolis, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto. Visitamos agricultores lá, peguemos as orientações deles. Ai, começamos no orgânico. Um grupo, um bocado de gente. Um bocado saiu, um bocado continuou. Ai, eu tô levando a fé hoje pra caramba no orgânico.

Eu não conhecia nada, nunca tinha viajado pra lugar nenhum, nem o Rio eu não conhecia, nem aqui o centro eu não conhecia. E através desse projeto eu conheço mais um bocadinho de lugar... tivemos em São Paulo, tivemos no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e aqui no estado Rio. Isso pra mim é muito bom, é maravilhoso.

(Claudino e Madalena, agricultores do Rio da Prata, depoimento concedido em 27/06/04)

A partir do que foi sistematicamente exposto e exemplificado, percebe-se que os agricultores do Rio da Prata mantêm, durante todo o processo de produção e reprodução social, relações estreitas com o mercado, relações estas que fazem com que eles se constituam e sejam reconhecidos como produtores e fornecedores de produtos agrícolas. Esta relação está marcada por descontinuidades, dadas as inúmeras adequações a formas de concorrência mercantil, fator que mais interfere na reordenação das relações sociais e das práticas produtivas dos agricultores.

O caráter adaptativo da produção agrícola desenvolvida por agricultores do Rio da Prata - expresso não só na “alternatividade” da produção, e mais ainda na possibilidade de substituição dos cultivos por eles reconhecidos como de maior relevância à constituição do rendimento familiar - indica a importância da manutenção da relação com o mercado. Menos que busca da satisfação direta das necessidades alimentares da família, mesmo que esta última não seja descartada totalmente, nem quando os agricultores foram cerceados à incorporação de novas áreas e certas tecnologias degradantes dos recursos naturais, os agricultores se constituem no universo que os integra enquanto produtores mercantis.

A proximidade a mercados de grande demanda possibilitou aos agricultores do Rio da Prata a construção de uma relação de relativa dependência frente aos impulsos dos consumidores, que então lhes impuseram certas adaptações e formas de gestão das unidades produtivas sob relativa especialização. A coexistência de áreas agrícolas com tantas outras com forte crescimento demográfico, assim como a ação governamental de criação de áreas protegidas têm produzido fatores de limitação do acesso à terra ou da ampliação e até mesmo de manutenção da área de cultivo utilizada pelos agricultores aqui analisados. Para eles, a proximidade do mercado consumidor não garantiu a possibilidade de

manutenção das condições necessárias à produção e reprodução das famílias através da atividade agrícola.

O processo de adequação pelo qual eles estão passando, possibilitado pela adesão relativa ao modo de produzir “orgânico”, pressupõe a inserção em nova forma de se relacionar com a natureza, com a sociedade e consigo mesmos, assim como uma nova forma de comercializar os produtos agrícolas. Todavia, tem se consolidado na criação de situação de tutela institucional, uma vez que são dependentes do engenheiro agrônomo, das instituições que certificam e dominam o mercado de comercialização de produtos orgânicos. O engenheiro agrônomo exerce o papel de mediador das relações entre os agricultores e essas instituições. Ao se integrarem a universo em que não dominam a compreensão dos significados referenciadores das relações sociais aí constituídas, os agricultores tornam-se dependentes de agentes que detêm o saber necessário à inserção neste sistema de relações. Só assim mediados, eles conseguem conviver com os agentes vinculados a instituições que monopolizam os instrumentos viabilizadores do acesso a esse mercado consumidor. Ao aderirem ao sistema de produção “orgânico”, os agricultores passaram de uma situação periférica, mas de relativa liberdade, detentores do saber necessário ao domínio do processo produtivo e de comercialização, para uma condição de subordinação e tutela aos agentes e instituições acima mencionados, perdendo então o relativo controle da constituição de redes de mercado. Não tendo acesso a essas praças de mercado, investem na desvalorização mercantil dos produtos, que devem concorrer em aparência com os demais, gosto valorizado por outros investimentos de modernização da produção agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO PROJETO RODA VIVA. “Projeto desenvolvimento sustentável na comunidade rural do Rio da Prata”. Relatório final. Rio de Janeiro,

2003.

CORRÊA, M. O sertão carioca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Coleção Memória do Rio 5, 1936.

COSTA, M. C.. Análise do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ) por geoprocessamento: uma contribuição ao seu Plano de Manejo. Tese de Doutorado, UERJ. Rio de Janeiro 2002 (mimeo.).

GALVÃO, M.C.C. Aspectos da geografia agrária do sertão carioca. Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Regional Rio. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1962.

MUSUMECI, L. Pequena produção da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPE/INPES, 1987.

NOGUEIRA, A. A. Vargem Grande (alguns aspectos geográficos). Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, no 9, v. 1-2, p. 49-71, 1956.

OLIVEIRA, L. Aspectos geográficos da zona agrícola do Rio da Prata. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, no 22, v. 1, jan-mar, p. 47-80, 1960.

SOARES, D. G. “Parque Estadual da Pedra Branca e comunidade Monte da Paz: tensões e conflitos para os moradores de uma área protegida”. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social. Rio de Janeiro, 2004 (mimeo.).